



2º PRÊMIO SINTAF  
DE JORNALISMO  
SINTAFJOR

### **Tema geral**

## **“O Fisco do Futuro e a redução das desigualdades”**

*O fisco, formado pelos órgãos governamentais encarregados de arrecadar e fiscalizar os tributos no Brasil, abrange a cobrança e o acompanhamento dos impostos e contribuições pagas pelos cidadãos e empresas. Esses recursos são essenciais para o funcionamento do Estado, permitindo que o governo invista em áreas essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura.*

*Desta maneira, o papel do fisco é garantir que os tributos sejam arrecadados de maneira justa e eficiente, contribuindo para o financiamento dos serviços públicos e o desenvolvimento do país.*

*No entanto, o atual sistema tributário brasileiro é regressivo, centrado na tributação sobre o consumo e os serviços – o que é injusto, quando constatamos que ricos e pobres pagam o mesmo imposto sobre um quilo de feijão, por exemplo. Um sistema tributário progressivo, por outro lado, taxa em maior grau a renda e o patrimônio, como acontece em países desenvolvidos. Dessa forma, paga mais que tem maior capacidade contributiva.*

*Com a 2ª edição do Prêmio Sintaf de Jornalismo, o Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf), com o apoio da Fundação Sintaf, visa incentivar os jornalistas cearenses a garimpem boas pautas em torno do trabalho desenvolvido pelos fazendários na Secretaria da Fazenda do Ceará, e também na Fundação Sintaf e no próprio Sindicato, tendo em vista o papel social que cumprem na busca de um fisco eficiente que contribua com a redução das desigualdades.*

*A seguir, encaminhamos o nosso banco de pautas, com a sugestão de abordagens que podem se desdobrar em muitas outras.*

**2º Prêmio Sintaf de Jornalismo | SintafJor 2023-2024**

**Site: [www.sintafce.org.br](http://www.sintafce.org.br)**

**E-mail: [sintafjor@sintafce.org.br](mailto:sintafjor@sintafce.org.br)**

**WhatsApp: (85) 99174.4697**

## BANCO DE PAUTAS

### ■ Inteligência artificial aplicada ao Fisco

*A Inteligência Artificial (IA) tem avançado em diversos segmentos da sociedade. Mas qual seria a sua aplicabilidade no trabalho desenvolvido pelos agentes do fisco? Atualmente, no âmbito do fisco estadual, existem projetos em que a IA auxilia na previsão da arrecadação e na classificação dos contribuintes, prevendo riscos de sonegação. Que avanços já podemos destacar no âmbito dos fiscos estaduais, que em sua maioria tem utilizado a tecnologia como aliada? A Sefaz Ceará, por exemplo, possui uma Célula de Inteligência de Dados, cuja função é identificar oportunidades com a IA.*

Fontes:

- Marlio Lima, diretor do Sintaf e Auditor Fiscal de Tecnologia da Informação da Sefaz Ceará (85) 99197.2077.
- Rodolfo Melo, auditor fiscal da Sefaz Piauí, lotado na gerência de Planejamento Fiscal - (86) 98167.4099;
- Sefaz Ceará: Assessoria de Comunicação - Hannah Freitas - (85) 99608.2418.

## ■ Reforma Tributária e seus impactos nos estados e municípios

*Com a aprovação da Reforma Tributária, a regulamentação do novo modelo de impostos no Brasil encontra-se em discussão no Congresso Nacional, para a elaboração dos projetos de lei complementares. Dentre eles está o que irá regulamentar o Imposto sobre os Bens e Serviços (IBS), que é dos estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a cargo do governo federal; outro projeto de lei criará o comitê gestor, que é o órgão que vai ser gerido conjuntamente com estados e municípios para gerir o IBS; e outro PL tratará sobre imposto seletivo. Diante desse processo, é preciso analisar os impactos que estas mudanças trarão para estados e municípios a curto, médio e longo prazos.*

Fontes:

- Mauro Filho, deputado federal (PDT) - Assessoria de Comunicação - Fernanda Teles - (85) 98231-5115;
- Lúcio Maia, pesquisador sênior do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice/Fundação Sintaf) - Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697;
- Francelino Valença, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) - Assessoria de Comunicação da Fenafisco - Raquel de Lima - (61) 99198.4750.

## ■ Reforma Tributária e suas repercussões na carreira dos agentes do Fisco

*A Reforma Tributária aprovada prevê leis complementares que estabelecem normas gerais para as carreiras do fisco. Um ponto positivo é a previsão da Lei Orgânica da Administração Tributária, reivindicação histórica da Fenafisco e sindicatos filiados. A Lei Orgânica será fundamental para a gestão e transparência administrativa dos tributos no país. Ela estabelecerá normas sobre os direitos, deveres e garantias aplicáveis à administração tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionando a busca pela excelência na execução das atribuições dos ocupantes das carreiras de auditoria fiscal de tributos. Além disso, os servidores dos fiscos estaduais e municipais irão sujeitar-se ao limite remuneratório único, aferindo o equilíbrio entre as administrações tributárias quanto ao limite remuneratório, um pleito justo da classe fiscal.*

Fontes:

- Celso Malhani, diretor para Assuntos Parlamentares da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) - Assessoria de Comunicação da Fenafisco - Raquel de Lima - (61) 99198.4750.

- Lúcio Maia, pesquisador sênior do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice/Fundação Sintaf) - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697.

## ■ A Reforma Tributária sobre a renda

*A aprovação da reforma tributária sobre o consumo pelo Congresso Nacional pode ser vista como um avanço para a modernização dos impostos no país, mas ela deve abrir caminhos para a reforma sobre a renda no Brasil, que é fundamental para combater a injustiça fiscal neste país em que os indivíduos de menor renda são sobrecarregados com impostos, enquanto os mais ricos contribuem proporcionalmente menos em tributos. Para a distribuição justa da carga tributária é necessário reduzir a participação relativa dos tributos que incidem sobre o consumo, mas também ampliar o peso relativo dos incidentes sobre as altas rendas, patrimônio e riqueza.*

*Trabalho recém-publicado pelo Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice) analisa a Emenda Constitucional (EC) 132/2023, originada da Reforma Tributária, e propõe alternativas para garantir uma reforma tributária que reduza a concentração de renda no Brasil, visando a justiça fiscal.*

### Fontes

- Lúcio Maia, pesquisador sênior do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice/Fundação Sintaf);

- Gerson Ribeiro, pesquisador pleno do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice/Fundação Sintaf).

*Contatos com a Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697.*

- Francelino Valença, presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) - Assessoria de Comunicação da Fenafisco - Raquel de Lima - (61) 99198.4750.

## ■ A relevância da Lei Orgânica da Administração Fazendária e sua relação com a justiça social

*A Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), órgão exclusivo da Administração Fazendária, tem como missão captar e gerir recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável do Estado e promover a cidadania fiscal, sempre na defesa do desenvolvimento do Estado do Ceará, do interesse público e da valorização e crescimento da sociedade cearense.*

*O reconhecimento da relevância das atividades desempenhadas pela Sefaz e por seu quadro de servidores fez com que a Assembleia Legislativa do Ceará, em 2014, por meio da Emenda Constitucional 81, reconhecesse a Administração Fazendária do Estado como “instituição permanente, essencial ao funcionamento do Estado”, prevendo a criação da Lei Orgânica da Administração Fazendária (LOAF). No entanto, há a necessidade de aprovação de lei complementar para regulamentá-la.*

*Com a aprovação da LOAF, o Fisco Cearense se fortalece com as autonomias orçamentária, financeira, funcional e administrativa, dando mais transparência às finanças públicas estaduais em benefício da sociedade cearense.*

*A Lei Orgânica representa também uma garantia de que as atividades da Sefaz não serão modificadas através de Lei Ordinária, o que representa mais segurança para as atividades fins do órgão.*

Fontes:

- Fabrício Gomes, Secretário da Fazenda - Assessoria de Comunicação da Sefaz - Hannah Freitas - (85) 99608.2418;
- Carlos Brasil, diretor de Organização do Sintaf - Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697.

## ■ O papel do Fisco na superação das desigualdades

*O sistema tributário do Brasil é injusto porque acentua a concentração da renda, ao invés de diminuí-la. As reformas que são levadas ao Congresso Nacional costumam buscar a simplificação dos tributos, o que é positivo, mas elas nunca buscam a justiça tributária, o que é ainda mais importante. O tributo deve ser um instrumento de diminuição das desigualdades sociais não apenas no momento em que é aplicado nas políticas públicas, mas também no momento em que é recolhido. Quem tem mais deve pagar mais e quem tem menos deve pagar menos.*

Fonte:

- Mauro Filho, deputado federal (PDT) e ex-secretário da Fazenda do Ceará - Assessoria de Comunicação - Fernanda Teles - (85) 98231-5115;
- Evandro Leitão, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará – Assessoria de Comunicação - Camila Freitas - (85) 98839.8134;
- Lúcio Maia, pesquisador sênior do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice/Fundação Sintaf); - Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697.

## ■ Iniciativas de aperfeiçoamento da gestão fiscal dos municípios cearenses

*A divulgação do Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) de 2023, divulgado em novembro passado, trouxe dados preocupantes acerca das contas públicas dos municípios cearenses. Cerca de 70% das Prefeituras do Ceará – 128 cidades – estão classificadas como críticas ou em dificuldade quando o assunto é administração dos recursos governamentais.*

*Com o objetivo de prestar assessoria aos pequenos municípios cearenses utilizando a expertise dos fazendários, a Fundação Sintaf vem desenvolvendo, desde 2013, o projeto “Qualificação da gestão fiscal e tributária dos municípios”, que é hoje uma das principais linhas de ação da entidade.*

*No primeiro semestre de 2023, a Fundação Sintaf ministrou o último módulo da capacitação voltada aos servidores da Secretaria de Finanças do município de Itaitinga. Foram seis meses de treinamento (10 módulos) com o objetivo de aperfeiçoar os processos de trabalho dos agentes do fisco. É possível mensurar os impactos positivos na arrecadação de Itaitinga com as mudanças implantadas pelo secretário de Finanças, Pedro Júnior Nunes.*

Fontes:

- Pedro Júnior Nunes, secretário de Finanças de Itaitinga – (85) 99925.5275;
- Liduíno de Brito, diretor-geral da Fundação Sintaf;
- Osvaldo Rebouças, instrutor da Fundação Sintaf.

*Demais contatos com a Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697.*



## ■ Tributação e redução da pobreza

O impacto do sistema tributário nacional na melhoria da distribuição de renda e na redução da pobreza é uma área de pesquisa importante, mas que atrai relativamente pouca atenção. Uma série de pesquisas, no entanto, tem obtido evidências do efeito negativo da desigualdade da distribuição de renda no crescimento econômico. Esses resultados sugerem que a redução das desigualdades seria um fator importante para que os países latino-americanos obtivessem taxas de crescimento maiores que as observadas na última década, inclusive o próprio Brasil. É preciso analisar o papel do Estado na redistribuição de renda e da trajetória da política fiscal, apontando caminhos para resolver esse problema.

Fontes:

- Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP), do Caen/UFC;
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE);
- Wildys de Oliveira, membro do Conselho Curador da Fundação Sintaf.

*Contatos com a Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697.*

## ■ Iniciativas de educação fiscal no Ceará

O Programa de Educação Fiscal do Ceará (PEF), da Secretaria da Fazenda, tem o propósito de conscientizar os cidadãos sobre a função socioeconômica dos tributos e de sua responsabilidade no controle da aplicação dos recursos públicos, por meio do exercício da cidadania, buscando a construção de uma sociedade mais justa.

Uma das iniciativas de destaque é o Concurso Regional de Redação do Programa de Educação Fiscal, realizado pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 3), em Acaraú-CE, com diversos parceiros. O concurso já chegou à sua 10ª edição e teve o apoio do Sintaf nos últimos sete anos, com a doação das premiações. O concurso é realizado anualmente, de maio a setembro, visando estimular nas escolas estaduais a implementares as ações do Programa de Educação Fiscal – PEF, bem como a prática da escrita e a preparação para o Enem. Em 2023, foram produzidas 2.535 redações e realizadas oficinas de estudo da temática em 80 turmas de 3ª séries nas escolas. Foram premiados(as) alunos(as) nas modalidades Escolas do Campo e Indígenas; Escolas Regulares; Escolas de Tempo Integral e Escolas Estaduais de Educação Profissional.

O estado do Ceará tem a pretensão de, até o final do mandato do governo Elmano de Freitas, transformar todas as escolas de ensino médio em escolas de tempo integral. Dessa forma, foram criadas as chamadas “unidades curriculares eletivas”, que são disciplinas fora da grade curricular tradicional, escolhidas pelo aluno a cada semestre. Em janeiro deste ano, a Sefaz apresentou a “Unidade Curricular Eletiva Educação Fiscal” às 26 novas escolas de tempo integral do estado do Ceará.

Fontes:

- Gestores do Programa de Educação Fiscal da Sefaz - Assessoria de Comunicação
  - Hannah Freitas - (85) 99608.2418;
  - Erlane Muniz (CREDE 3, Acaraú) – (88) 99616.9000;
  - Iara Palácio, membro do Conselho Curador do Sintaf e do programa de Educação Fiscal do Cariri;
  - Carlos Brasil, diretor de Organização do Sintaf.
- Demais contatos com a Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba  
- (85) 99174.4697.

## ■ As tecnologias e o futuro dos sindicatos

*O uso da tecnologia é um caminho sem volta. No caso do mundo do trabalho, profissões estão desaparecendo e sendo substituídas por máquinas e inteligência artificial. Novas profissões, por outro lado, estão surgindo e surgirão nos próximos anos. Hoje, muitas atividades são automatizadas. Tudo isso traz consequências positivas e negativas para a sociedade. Essas novas categorias de trabalhadores e seu modo de pensar e encarar o mundo precisa ser considerado pelos sindicatos. Como será o sindicalismo do futuro? O desafio está em analisar como serão as relações e as condições de trabalho num mundo cada vez mais tecnológico, em que as mudanças acontecem cada vez mais rápido.*

Fontes:

- Géron Marques (pós-Doutor, professor da UFC, Subprocurador-Geral do Trabalho);

- Carlos Brasil (diretor de Organização do Sintaf).

*Contatos com a Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697.*

## ■ Tributação e meio ambiente (ecofiscalidade)

*O coordenador regional do Sintaf no Cariri, Luiz Carlos Diógenes, é autor do livro “Água, sustentabilidade e direitos fundamentais: diretrizes de Estado socioambiental e cidadania ecológica” (Editora Dialética). Nos últimos anos, ele tem se debruçado sobre a temática do tributo em sua função socioambiental. Pensar em Ecofiscalidade significa pensar em tributo e orçamento público voltados para a sustentabilidade ecológica, pela garantia de vida das futuras gerações. Quer dizer uma progressividade tributária para que os agentes poluidores inibam as emissões de carbono na atmosfera, coibindo toda e qualquer proliferação de mecanismos de vida insustentável no porvir. Na prática, tributo e orçamento podem ser destinados a esse fim. Empresas e o próprio estado têm responsabilidade e, ao mesmo tempo, compromisso de assegurar um meio ambiente saudável. Isso é sustentabilidade ecofiscal: o tributo compatível com os desafios apresentados em relação ao meio ambiente. A temática é urgente e ecoa nos encontros anuais dos fóruns climáticos, de todos os estados e nações, que cada vez mais se comprometem para cada vez menos cumprir o acordado.*

Fonte:

- Luiz Carlos Diógenes (coordenador regional do Sintaf no Cariri).

Contato com a Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697.

## ■ Resgate da memória de Bárbara de Alencar

*O ano de 2024 marca os 200 anos da Confederação do Equador, que teve como uma de suas protagonistas a heroína nacional Bárbara Pereira de Alencar.*

*Desde agosto de 2022, o Sintaf e a Fundação Sintaf desenvolvem o projeto “Lute como uma Bárbara”, que objetiva resgatar a memória da heroína Bárbara de Alencar e o conjunto de valores que ela representa, valorizando o protagonismo das mulheres na transformação da sociedade.*

*28 de agosto de 2022 marcou o aniversário de 190 anos da morte de Bárbara de Alencar. Desde então, foram produzidos e veiculados dois curtas-metragens contando a história das comunidades de Itaguá (onde Bárbara foi enterrada) e Monte Castelo – ambas em Campos Sales.*

*Em 28 de agosto de 2023, a Assembleia Legislativa realizou uma audiência pública presidida pelo deputado De Assis Diniz (PT) que apontou, como encaminhamentos, a construção do memorial Bárbara de Alencar nos municípios de Crato e Itaguá, além da criação de uma rota turística ligando Exu, Crato, Campos Sales e Fortaleza, denominada “Os caminhos de Bárbara” ou “Circuito revolucionário Bárbara de Alencar”. Também deverá ser instituído o dia 28 de agosto como o dia de Bárbara de Alencar, já que a data marca o seu falecimento.*

*Fontes:*

- Luiz Carlos Diógenes, coordenador regional do Sintaf no Cariri;*
- Deputado estadual De Assis Diniz (PT), autor do requerimento da audiência pública;*
- Deputado Renato Roseno (Psol);*
- Deputada Larissa Gaspar (PT).*
- Maria Magnólia, diretora da Estação de Cultura Ecopedagógica (Itaguá);*
- Raimunda Máxima, professora e pesquisadora da Estação de Cultura Ecopedagógica (Itaguá).*

*Contatos com a Assessoria de Comunicação do Sintaf - Patrícia Guabiraba - (85) 99174.4697.*